

# UM ESBOÇO DE ANÁLISE ANTIUTILITARISTA DO BINÔMIO IMIGRAÇÃO/TRABALHO | APORTES SENEGALESES<sup>1</sup>

*An outline of antiutilitarian analysis  
of the immigration/labor binomial | senegalese inputs*

**MÜLLER, Paulo Ricardo<sup>2</sup>**

**Resumo:** O artigo propõe uma forma de compreender a lógica cultural a partir da qual imigrantes senegaleses vêm interagindo e se inserindo em cidades do interior do sul do Brasil. A partir de observações sobre as relações de imigrantes senegaleses com pessoas e instituições locais da cidade de Erechim, norte do Rio Grande do Sul, examino como suas experiências de mobilidade interagem com a narrativa hegemônica de formação da cidade pelas migrações europeias do início do século XX. A partir de uma discussão conceitual sobre a construção da imigração como questão socioantropológica, apresento alguns dados históricos e etnográficos que interligam o mundo do trabalho às práticas religiosas de senegaleses envolvidos nos fluxos migratórios contemporâneos. Conflitos e complementaridades que emergem deste processo expressam diferentes formas de articulação entre perspectivas utilitaristas, que concebem a imigração como fenômeno determinado por razões econômicas, e não-utilitaristas, que observam outras dimensões como igualmente influentes sobre a imigração.

**Palavras-chave:** Imigração. Trabalho. Antiutilitarismo. Senegaleses.

**Abstract:** The paper poses a way of understanding the cultural logics through which Senegalese immigrants have been interacting and fitting in cities in the countryside of southern Brazil. Based on observations about the relationship that Senegalese immigrants establish with local people and institutions in the city of Erechim, north of Rio Grande do Sul, I discuss how their experiences of mobility interact with the hegemonic narrative that conceives the early twentieth century European migrations as the very foundation of these cities. Building on a conceptual review of immigration as a socioanthropological issue I draw historical and ethnographic data that intertwine labor and religious practices of Senegalese groups involved in contemporary migratory flows. Conflicts and complementarities that emerge from this process express different forms of interconnection between utilitarian perspectives, which conceive immigration as a phenomenon determined by economic reasons, and non utilitarian, which observe other dimensions as also constitutive of immigration.

**Keywords:** Immigration. Labor. Antiutilitarianism. Senegalese.

---

<sup>1</sup> Recebido em: 03 Jan. 2019 | Aceito em: 05 Mai. 2019.

<sup>2</sup> Doutorado em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRGS. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS – Campus Erechim. paulomuller@gmail.com

## **1 Introdução**

As reflexões que apresento neste artigo partem de observações de situações e interações envolvendo imigrantes senegaleses na região norte do Rio Grande do Sul engendradas por um projeto de pesquisa inicialmente voltado para o registro de suas trajetórias e histórias de vida<sup>3</sup>. Entretanto, contatos exploratórios com alguns senegaleses visando a realização de entrevistas para a pesquisa trouxeram à tona uma narrativa convencional focada na afirmação da “busca por trabalho” como principal motivação para migrarem, enfatizando a necessidade de enviar dinheiro para suas famílias no Senegal. Através desses contatos iniciais, fui convidado a participar de alguns eventos públicos, de caráter religioso, promovidos por associações ou “comunidades” senegalesas, apreendendo daí questões fundamentais para compreendermos o modo como se articulam, na memória cultural e na experiência de mobilidade de senegaleses no sul do Brasil, a imbricação entre as noções de imigração e trabalho.

A partir do momento em que iniciei a pesquisa também fui convidado a participar de um “grupo de atenção e acolhimento a imigrantes” (Ody, 2016) formado por representantes de diferentes instituições públicas e privadas da cidade de Erechim<sup>4</sup> articulado a partir da demanda de empresas da região por um melhor enquadramento dos “novos imigrantes” – referindo-se a senegaleses e haitianos – na dinâmica produtiva e societária da região, demanda que, no âmbito do grupo de apoio, traduzia-se em uma preocupação com a “integração” destes imigrantes à região. Como procurarei demonstrar, este grupo de apoio a imigrantes passou a operar como instância de um “campo de atenção às migrações” constituído por uma série de abordagens e intervenções de diferentes atores sociais com o propósito de estabilizar, controlar e

---

3 Projeto “Trajetórias sociais e histórias de vida de imigrantes africanos no Alto Uruguai”, com financiamento de uma bolsa de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Federal da Fronteira Sul (PRO-ICT/UFFS), Edital 134/UFFS//2014.

4 Fizeram parte deste grupo, em diferentes momentos, pessoas ligadas à Secretaria Municipal de Educação, à Secretaria Municipal de Cidadania e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) de Erechim, da Associação Comercial, Cultural e Industrial de Erechim (ACCIE), do Campus Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), da Faculdade Anglicana de Erechim (FAE), e da Associação de Apoio aos Africanos de Erechim e Região (ASAFER). As reuniões foram convocadas e hospedadas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). As reuniões foram convocadas e hospedadas pela URI, por meio da professora Adriana Storti, a quem agradeço pela interlocução.

dirigir o processo de incorporação local de imigrantes e o olhar da sociedade acerca da “questão migratória”, concebendo, com isso, formas de incorporação que compreendem tanto a inserção – sobretudo laboral e jurídica – quanto a rejeição – sociocultural, etnicorracial, religiosa, etc. – de imigrantes na sociedade receptora (Feldman-Bianco, 2009).

O objetivo deste artigo é mostrar como diferentes definições de imigração e trabalho interagem através das interlocuções estabelecidas neste “campo de atenção às migrações”, possibilitando a compreensão de diferentes pontos de vista e uma complexificação das formas de entendimento das migrações para além da dicotomia entre exotismo e integração, que prevalece no senso comum. Ao final do artigo sustento que as recorrentes afirmações da “busca por trabalho” como motivação central da imigração senegalesa, não apenas pelos próprios imigrantes mas também por seus interlocutores brasileiros, mais do que um discurso convencional ou qualquer espécie de padrão comportamental, reflete estratégias de atuação no “campo de atenção às migrações”, permitindo aos atores que dele participam imprimir determinados sentidos e significados ao processo de incorporação de imigrantes em diferentes localidades.

O artigo se subdivide em quatro seções. Na primeira seção abordo a lógica política e social a partir da qual a categoria *trabalho* articula regimes de classificação e de incorporação de imigrantes aos países de imigração contemporaneamente; na segunda seção abordo o funcionamento do grupo de apoio a imigrantes de Erechim com o intuito de explicitar diferentes estratégias de atuação e os pontos de vista de diferentes atores em disputas pelo sentido das “novas migrações” e do “trabalho de imigrante” localmente; na terceira seção faço uma breve caracterização das práticas religiosas, econômicas e culturais agenciadas por senegaleses como elementos constitutivos de sua identidade em contextos de imigração; na quarta seção procuro situar estas diferentes formas de relacionar migrações e trabalho tendo como parâmetro o modo como expressam concepções mais ou menos *utilitaristas*<sup>5</sup> da “questão

---

5 Remetendo à perspectiva *anti-utilitarista* que sustenta uma série de análises sociológicas de fenômenos econômicos baseados na noção de dádiva presente na obra de Marcel Mauss, *Ensaio sobre a dádiva*. Os cientistas sociais organizados em torno desta perspectiva compõem o *Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais* (em francês *Mouvement Anti-Utilitariste em Sciences Sociales*, MAUSS), o qual critica as

migratória”. À guisa de conclusão, procuro apontar como o debate realizado ao longo do artigo pode contribuir para a construção de um olhar mais sensível para as migrações como um fenômeno multidimensional.

## **2 “A imigração” como problema sociológico e sua redução utilitarista**

Buscar compreender como funciona o campo de atenção às migrações significa problematizar como as “migrações” ou a “questão migratória” é tomada como objeto de interesse por diferentes atores sociais e as disputas que estabelecem por seu significado. Tomando emprestada a expressão de Bourdieu (1983a), tais disputas giram em torno de “o que falar (em imigrantes) quer dizer”, e com isso agenciar uma posição de autoridade e referência no assunto, construindo um lugar social da imigração sobre o qual determinados atores exercem mais ou menos poder. Adentrar este campo simbólico (Bourdieu, 1983b) como pesquisador implica na adoção de uma “vigilância epistemológica” (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 2004) constante sobre os modos como construímos “imigrantes” como “objeto de pesquisa” concomitantemente a como outros atores os constroem como objetos de outros interesses, e como estes diferentes pontos de vista interagem.

A crítica aos regimes de classificação da imigração é o elemento central da perspectiva de Sayad (1998) que, entre os anos 1970 e 1990, apresentou uma série de reflexões sobre migrações tendo como substrato empírico as comunidades de origem e de acolhimento de argelinos na Argélia e na França, geradas por políticas coloniais de recrutamento laboral. Sayad observa que o trabalho é o que conferiu uma *função* ao imigrante no contexto de imigração, cujo cumprimento é condicional para que sua presença se justifique social, jurídica e administrativamente. Empregos ocupados por imigrantes ao longo de gerações tornam-se, assim, reconhecidos como *trabalhos de imigrantes*. Alterações na demanda por estas trabalhos alteraram, por sua vez, a

---

apropriações da noção de utilidade preconizada pelos filósofos morais utilitaristas do século XVIII, como Jeremy Bentham e John Stuart Mill, por escolas de pensamento econômico fundamentadas na naturalização da lógica de mercado como expressão do comportamento humano.

---

necessidade ou utilidade dos imigrantes para a sociedade de imigração, tornando o prolongamento de sua presença um “custo social”. Isso situa o *trabalho de imigrante*, do ponto de vista da sociedade de imigração, como um recurso “excedente”, útil para o incremento da economia nacional, mas dispensável quando se trata de sua subsistência (Sayad, 1998, p. 55).

A “função exclusivamente econômica e técnica” (Sayad, 1998, p. 51) da imigração se constitui, assim, como prolongamento da *utilidade* das migrações laborais vistas do ponto de vista das políticas desenvolvimentistas do pós-guerra, transmutadas nas filosofias e políticas econômicas adotadas por agências internacionais de governança financeira e comercial que emergiram neste processo<sup>6</sup>. A categoria trabalho se difundiu, assim, como uma palavra-chave desencadeadora de processos de reconhecimento da mobilidade de pessoas através de diferentes contextos nacionais e reguladora da legitimidade dos fluxos migratórios, homogeneizando as formas de expressão das “razões para migrar” e, frequentemente, invisibilizando outros aspectos e camadas – culturais, religiosas, políticas, existenciais – de significados da experiência migratória.

Conforme Torpey (2000), o processo de reestruturação econômica da Europa ocidental pós-guerra impôs um imperativo de controle sobre a nacionalidade das pessoas que circulavam pelo espaço europeu com o intuito de obstruir a evasão de recursos destinados aos processos de “reconstrução nacional”. As políticas financiadas por estes recursos destinavam-se, assim, às populações europeias, excluindo imigrantes de diferentes origens<sup>7</sup>. Foi a partir deste imperativo de diferenciação das populações propriamente europeias ocidentais de outras populações em circulação que se desenvolveram as tecnologias de identificação individual por meio de um sistema internacional coordenado e padronizado de documentos (passaportes, salvo-condutos, permissões de viagem, *laisser-passers*, etc.) através dos quais é possível tipificar indivíduos conforme sua origem nacional, e espaços territoriais pelos quais indivíduos

---

6 Tais como, e sobretudo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

7 Entre outros aspectos destas estratégias, Torpey (2000, pp. 149-150) destaca medidas de identificação de “tipos” de pessoas passíveis de serem considerados cidadãos a partir do próprio local de emissão dos passaportes, justificando, assim, a sujeição de cidadãos “não-brancos” de colônias europeias na África, no Caribe e na Ásia aos mesmos mecanismos de controle e restrições destinadas a “estrangeiros”.

de determinadas origens podem circular mais ou menos livremente, de acordo com a posição de seus países de origem na economia política das relações internacionais.

Tendo como modelo as políticas europeias de controle e securitização de fronteiras, as relações internacionais contemporâneas construíram este senso comum em torno da categoria *trabalho*, isto é, a permanência de pessoas em um país diferente daquele onde nasceram passa a se justificar predominantemente pelo e para o trabalho, imputando ao estrangeiro que não possui uma autorização específica para entrar – como turista, diplomata ou exilado, por exemplo – e sem vínculos formais – contratos, cartas, documentos – o *status* de “ilegal”. Como argumenta Ruhs (2013), a redução simbólica dos movimentos migratórios a sua dimensão econômica e laboral operou, assim, como um preço a ser pago pelo direito dos cidadãos de países pobres à mobilidade e circulação internacionais.

Como propõe Sayad (1998), “trabalho” opera como categoria de negociação do lugar de imigrantes na sociedade de imigração ao mesmo tempo em que media a mobilidade de pessoas através de determinados espaços nacionais, conformando uma “ordem da imigração” (Sayad, 1998, p. 266). Para entendermos este processo é necessário olharmos para os mecanismos que regulam a circulação de pessoas através da “ordem das nações”, ou seja, através de fronteiras e instituições que operam como marcos dos itinerários cumpridos por imigrantes. Tais itinerários se definem tanto em termos espaciais e geográficos – por exemplo, a passagem por sucessivos países – mas também jurídicos e administrativos, ou seja, entre regulações e instituições com diferentes escopos e escalas de influência sobre esses movimentos.

Ao refletir sobre diferentes mecanismos de regulação da questão migratória no Brasil, Jardim (2013) infere que o que torna a imigração de senegaleses e haitianos algo “novo” também é o que imputa a esta questão o estatuto de “problema”: a chegada destes sujeitos e os itinerários que cumprem para entrar no país não têm enquadramento prévio nos interesses hegemônicos da agenda política e econômica nacional, e por isso demandam respostas institucionais imediatistas, seja na forma de políticas públicas ou de ações coordenadas da iniciativa privada. Na medida em que a “ordem da imigração” tangencia e adentra a “ordem nacional” brasileira, emergem ações

que visam controlá-la, sobretudo por meio da quantificação e da localização geoespacial dos itinerários, dos conflitos e das alianças estabelecidas pelos “novos imigrantes”.

Itinerários migratórios não são marcados meramente pelo deslocamento geográfico, mas também pelo câmbio de foco dos projetos e ações levados a cabo pelos atores que protagonizam o papel de “campo de atenção às migrações” em diferentes contextos. Em 2012 foram notórios os casos de ônibus enviados ao Acre para trazer para a região sul imigrantes haitianos que haviam entrado no Brasil pela fronteira com a Venezuela e haviam obtido “visto humanitário”, levando-os a transitar de espaços regulados hegemonicamente pela repressão ao tráfico internacional de pessoas, drogas e mercadorias e pela ajuda humanitária emergencial, para espaços regulados hegemonicamente por preocupações com sua empregabilidade e com sua “integração” a cidades de diferentes dimensões (Jardim, 2013, p. 72).

Dias e Sprandel (2011) também lembram que, nestes casos, o que varia não são necessariamente os atores institucionais. Pelo contrário, é comum que as mesmas entidades religiosas e órgãos policiais, por exemplo, atuem em ambos os contextos (fronteira e cidades), porém, com recursos oriundos de diferentes fontes de financiamento de projetos e no âmbito de políticas públicas com objetivos diversos, mudando, também, o foco dos programas e ações que executam. Nesse sentido, para compreendermos os diferentes processos de incorporação de imigrantes ao ordenamento nacional devemos levar em conta a “escala de cidade” como instância de mediação entre perspectivas focadas nas relações transnacionais dos imigrantes, perspectivas focadas na economia e na política nacional, e perspectivas focadas nas redes que interligam imigrantes e a sociedade local (Feldman-Bianco, 2009).

### **3 Do valor do trabalho ao “trabalho de imigrante”**

Em eventos, reuniões e audiências promovidas por instâncias que buscam interlocução institucional com grupos e associações de “novos imigrantes”, incluindo as de que participei em Erechim, são frequentes expressões de um discurso que justifica

ações de apoio em uma suposta similaridade com a situação social das áreas de origem (economicamente pobres) e com as motivações de europeus para imigrarem para o Brasil no início do século XX, qual seja a “busca por trabalho” como recurso para “melhorar de vida”. Na região sul do Brasil, em cidades onde a presença e a visibilidade de imigrantes senegaleses perceptivelmente mais cresceu recentemente<sup>8</sup> – tais como Toledo e Cascavel no Paraná, Chapecó em Santa Catarina, e Passo Fundo e Caxias do Sul no Rio Grande do Sul, além das capitais Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre –, as representações hegemônicas sobre as migrações laborais remontam ao período de colonização agrícola promovida pelo Estado brasileiro para substituir a mão-de-obra escravizada com mão-de-obra oriunda de regiões empobrecidas da Europa, principalmente da Itália e da Alemanha, nas primeiras décadas do século XX, constituindo, hoje, “antigos imaginários”<sup>9</sup> sobre imigrantes como “trabalhadores” e “pioneiros”, responsáveis pela colonização de regiões afastadas do litoral.

As identidades eurodescendentes nestas regiões foram construídas, ao longo do século XX, a partir de sua contraposição, simultaneamente, aos espaços a serem colonizados – considerados selvagens, incluindo as sociedades indígenas e comunidades negras rurais que acabaram expulsas ou assenhoreadas pelos empreendimentos coloniais – e às narrativas de formação do Brasil como nação mestiça, reivindicando uma pureza ou branquitude racial por oposição a mestiços, “bugres”, caboclos, entre outras denominações, também classificados como “brasileiros” por oposição à autodenominação dos eurodescendentes como “italianos”, “alemães”, etc. (Zanini, 2007; Kanaan, 2012; Seyferth, 2013). Os antigos imaginários migratórios se estabeleceram e consolidaram, desta forma, como parte da ideologia eugenista que prevaleceu como política de Estado no Brasil no início do século XX. Na medida em que ex-escravos não tinham acesso à terra nem outros meios de produção, as comunidades de imigrantes

---

8 Como sugere a variedade de estudos recentes e em andamento sobre a imigração senegalesa nesta região. Ver Heredia (2015), Tedesco e Kleidermacher (2017) e Tedesco e Mello (2015).

9 Expressão utilizada por Feldman-Bianco (2000) para descrever as estratégias narrativas nacionalistas do Estado que buscam recuperar elementos diacríticos do “ser” português construídos em contextos coloniais e imperiais. Por analogia, entendo que a colonização agrícola baseada em mão-de-obra de imigrantes europeus constitui-se como “antigo imaginário” não somente pela distância cronológica em relação às “migrações contemporâneas”, mas por seu reiterado uso pela mídia e por diversos atores sociais como narrativa de origem da formação social da região sul do Brasil.



européus passam a acionar a categoria “trabalho” como um elemento diacrítico (Zanini e Santos, 2009), definido não somente por suas práticas laborais, mas também como símbolo de uma série de outros valores que os favoreciam e diferenciavam de outras populações, tais como a religiosidade católica romana e o empreendedorismo individualista atrelado ao estatuto de mão-de-obra livre (Santos, 1978; Monsma, 2010).

A alegada similaridade entre a situação atual de imigrantes senegaleses (bem como de outras nacionalidades) e os primórdios da imigração europeia no sul do Brasil aciona o imperativo da *solidariedade* de um país “forjado pelo trabalho dos imigrantes”<sup>10</sup> para com os “novos imigrantes”<sup>11</sup>. “Trabalho” circula, nesse sentido, como uma categoria a partir da qual se estabelece um lugar comum a respeito do significado e do reconhecimento social do imigrante – ou seja, como trabalhador – ao mesmo tempo em que carrega reflexões sobre experiências e memórias coletivas distintas e próprias dos grupos que protagonizam a relação entre as “novas imigrações” e a “sociedade receptora” a respeito do significado do trabalho.

Na medida em que imigrantes atuais e descendentes de imigrantes do passado se reconhecem como portadores do trabalho como um valor coletivo também emergem expressões da disputa pela definição do que constitui “trabalho de imigrante”. Em uma das reuniões do grupo de apoio a imigrantes de Erechim de que participei em meados de 2016 um empresário sugeriu abertamente a uma mulher e dois homens haitianos também presentes na reunião que se dedicassem a trabalhos “indesejados” por erechinenses mas para os quais havia demanda, especialmente o de empregada doméstica e de cuidador de idosos. Outro projeto proposto por representantes de empresas da região propunha empregar imigrantes senegaleses e haitianos na produção de grãos para o agronegócio em cidades do interior da região centro-oeste do Brasil, buscando, com isso, redirecionar o fluxo migratório a partir da avaliação de que Erechim

---

10 Como na declaração de um deputado em uma audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (Franco, 2015).

11 Remeto à análise que fiz (Muller, 2013) da construção de discursos e posicionamentos de solidariedade no campo de atenção às migrações a partir de suas contrapartidas em termos de “responsabilidades” e da certificação oficial de municípios participantes de programas de acolhida a refugiados como “cidades solidárias”.

passava por uma crise de empregabilidade e não era “desejável” que recebesse mais imigrantes.

Nas reuniões do grupo também foram frequentes menções à formação técnica e universitária que parte significativa dos senegaleses e haitianos que chegam ao Brasil possuem, bem como ao fato de serem, via de regra, políglotas. Os novos imigrantes são, portanto, reconhecidamente qualificados para postos de trabalho mais elevados em termos de salário e reconhecimento social, mas têm dificuldades para validar seus diplomas, conhecimentos e competências para exercê-los no Brasil. A bagagem de formação e de experiência laboral dos imigrantes contrasta, assim, com os postos de trabalho de baixa qualificação que ocupam, no caso da região norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina e Paraná, sobretudo na indústria metal-mecânica (em linhas de montagem de peças de ônibus e equipamentos agrícolas), de insumos para a construção civil (em fábricas de cimento) e na indústria alimentícia (em frigoríficos).

Além da centralidade da “busca por trabalho” a preocupação em estabilizar uma compreensão dominante sobre o fenômeno migratório nestes termos também se expressou através de uma proposta de “curso de formação” para imigrantes no qual eles seriam instruídos sobre a legislação trabalhista brasileira e sobre seus direitos e deveres “enquanto trabalhadores”. Este projeto consubstanciava demandas de empresas da região calcadas na observação de que muitos imigrantes – tanto senegaleses quanto haitianos – não permaneciam por muito tempo em seus empregos, demonstrando “indisposição” ou “dificuldade de adaptação” a um determinado “modo local” de inserção laboral, remetendo, por um lado, ao *ethos* do imigrante trabalhador constituinte das narrativas hegemônicas de formação eurocêntrica das cidades do interior da região sul do Brasil e, por outro, do imigrante como sujeito unilateralmente recipiente e que deve assimilar os padrões de conduta social da sociedade receptora. Para além da definição social da imigração como fenômeno voltado *para o trabalho*, tais questões também sugerem que as ações concebidas como de “integração” ou “acolhida” de imigrantes também pressupõem a definição do imigrante como sujeito *pelo trabalho*.

O encaminhamento de imigrantes para o que é “trabalho de imigrante” do ponto de vista de atores hegemônicos da sociedade receptora, associado e contraposto a

demandas de imigrantes por melhores condições de trabalho e por oportunidades de ascensão social, evidencia não apenas um conflito de interesses e de concepção do “lugar” do estrangeiro, mas também um conflito de significados atribuídos à própria categoria trabalho. Para compreendermos este conflito é necessário dissociar a “busca por trabalho” expressa como motivação da imigração nas instâncias de interlocução do campo de atenção às migrações da codificação da noção de trabalho na história sociocultural dos contextos de origem dos imigrantes.

#### 4 Sentidos do trabalho

O questionamento ao significado da categoria trabalho associado à imigração me foi suscitado por uma de minhas primeiras interações com um senegalês na cidade de Erechim, no final de 2014. Era domingo, estávamos em uma das praças centrais da cidade. Ele vendia bijuterias nas ruas e quando me abordou para oferecer seus produtos, sabendo que o francês é língua oficial no Senegal, o cumprimentei dizendo “*bonjour*”, o que serviu para desencadear uma conversa para além da relação de compra e venda. Entre outras coisas, me relatou que estava há seis meses em Erechim e enfrentava grandes dificuldades para conseguir trabalho, entre elas o preconceito de alguns empregadores pelo fato de os imigrantes senegaleses serem negros e muçulmanos, e o aprendizado do português. Dividia uma casa com mais quatro senegaleses que o apoiavam enquanto não arranjasse emprego. Até lá, seguiria na “venda”. Quando perguntei se seus colegas tinham emprego, disse-me que sim, e que “*quem não trabalha, vende*”.

A dissociação entre “trabalho” e “venda” sinalizada por este interlocutor aponta para diversas dimensões da constituição sociocultural dos grupos de senegaleses que compõem as chamadas novas migrações no Brasil. Grande parte dos imigrantes senegaleses no Brasil são adeptos da *Mouridiyya*, confraria muçulmana fundada no final do século XIX a partir da história de Amadou Bamba Mbakke, comerciante que foi perseguido e encarcerado sob acusações de terrorismo pelo governo colonial francês na

Senegâmbia por levar uma vida itinerante, e que por isso era reconhecido como um líder espiritual (*serigne*) das comunidades *wolof* das periferias dos principais assentamentos coloniais e na região rural do noroeste daquele território (compreendendo porções do que hoje pertence ao Senegal, Gâmbia e Mauritânia). Através da difusão e codificação de uma série de práticas religiosas muçulmanas sob os princípios do sufismo<sup>12</sup>, Bamba teria contribuído para a unificação do *pays Wolof*, sinalizando a construção de uma comunidade política autônoma e, portanto, vista como uma ameaça ao domínio francês na região (Babou, 2005; 2007).

A perseguição a Bamba pelo regime colonial contribuiu para a difusão de sua imagem como um mártir cujo exemplo de vida passou a ser seguido por discípulos, alçando-o à condição de autoridade religiosa cujos ensinamentos levariam o povo *wolof* – e por extensão, à grande maioria dos senegaleses – à liberdade e a uma vida melhor (Babou, 2009). Entretanto, a fundação da *Mouridiyya* havia contribuído para a destituição de chefias “tribais” resistentes tanto à expansão colonialista para o interior quanto à expansão do islamismo para o litoral, instituindo, em seu lugar, *serignes* responsáveis por *daaras*, organizações que operavam como cooperativas de trabalhadores rurais e como escolas corânicas. A partir dos anos 1920 o regime colonial buscou instrumentalizar esta estrutura organizacional como correia de transmissão de legislações e de projetos de exploração econômica de territórios para os quais se expandia. Para tanto, instituíram a figura do *marabu*, palavra de origem árabe com significado similar a *serigne*, mas que na prática correspondia a agentes mediadores entre o governo colonial e as comunidades constituintes das principais confrarias muçulmanas do Senegal, entre elas a *Mouridiyya* (Babou, 2007).

Eram reconhecidos oficialmente como marabus sobretudo os estudiosos do Alcorão que também haviam passado por escolas e faculdades francófonas, ou mesmo que tivessem estudado na França. Entre as compensações por seu papel mediador, os marabus recebiam terras e autorizações administrativas para sua exploração comercial,

---

12 Corrente mística do islamismo que concebe a conversão ao islã por meio do aprendizado e da repetição de práticas vocais e gestuais que compõem rituais de leitura do Alcorão. Por esse motivo atribui-se ao sufismo a emergência de autoridades carismáticas – que atuam como modelos de conduta para seus seguidores – e a moderna transnacionalização do islã, devido à expansão de irmandades e confrarias a partir de diferentes líderes, como é o caso da Mouridiyya. Cf. Diouf (2000).

o que até então era proibido aos nativos. A partir de subsídios do governo colonial, grande parte destas terras tornaram-se campos de cultivo de amendoim, cuja comercialização na forma de *commodities* foi responsável pelo sustento das armadas coloniais francesas até o fim da Segunda Guerra Mundial. O trabalho nos campos de amendoim era realizado por pessoas recrutadas nas populações vinculadas às *daaras* lideradas por seus concessionários marabus.

A participação de marabus na economia do amendoim operou como uma instância de mediação entre valores atribuídos ao trabalho pelo regime colonial e pelas populações nativas. No interior das confrarias, e de modo especial no mouridismo, trabalhar para o marabu atendia ao princípio legado por Amadou Bamba expresso pela palavra *khidma*, que significa “estar a serviço”, contribuindo, assim, coletivamente para a promoção da confraria. Por outro lado, a produtividade das terras dos marabus se traduziam, em suas relações com a administração colonial, em valores convertidos em impostos sobre a produção e comercialização do amendoim. A autoridade religiosa dos marabus nas comunidades das *daaras* se traduzia, assim, em uma posição de provedores de fundos para o regime colonial; suas relações privilegiadas junto a agentes coloniais, por sua vez, reforçava sua autoridade junto às comunidades camponesas (Babou, 2007, p. 86; Copans, 1980; Sakho, Diagne e Sambou, 2017). Com o posterior declínio da economia do amendoim, os mecanismos de recrutamento coletivo para o trabalho sob a liderança de marabus foram transpostas também para o mercado de serviços em contextos urbanos, reproduzindo o papel mediador do mouridismo em relações “ambivalentes” entre Estado e sociedade civil no contexto pós-colonial (Villalon, 1995, p. 213) dentro de um processo de “ajuste mútuo” (Babou, 2013, p. 127) entre a estrutura organizacional da *Mouridiyya* e o ordenamento estatal do Senegal pós-colonial.

A distinção entre “vender” e “trabalhar” sinalizada por meu interlocutor recapitula a tensão e a complementaridade entre a *Mouridiyya* e o Estado senegalês colonial e pós-colonial. A “venda”, sobretudo a venda ambulante, remonta à profissão de comerciante pela qual Amadou Bamba foi interpelado e perseguido pelo regime colonial, à itinerância pela qual foi reconhecido como um *serigne* pelas comunidades wolof, assim como à emigração em busca de refúgio pela qual era reconhecido como um nuncio do

islã por analogia à narrativa da *hégira* (do árabe, “deslocamento” ou “fuga”) do profeta Maomé de Meca para Medina, acontecimento que marca o início do calendário muçulmano. O comércio ambulante consiste, assim, em um modelo de comportamento que reproduz a experiência religiosa de mobilidade e que contribui para a manutenção de um “ethos econômico-religioso” (Bava, 2003) que opera como diacrítico de senegaleses mourides em contextos de imigração e permite às lideranças e às associações de imigrantes senegaleses, chamadas *dahiras*, compartilharem e avaliarem a inserção da confraria em diferentes lugares do mundo<sup>13</sup> (Bava, 2005; Tedesco e Kleidermacher, 2017).

Além de uma fonte de sustento e de acumulação de recursos financeiros para enviar para suas famílias no Senegal, o “trabalho” compõe esse ethos econômico-religioso como meio de vinculação das comunidades e associações de senegaleses e das *dahiras* com a cidade onde estão instalados, permitindo-os difundir os princípios e as práticas do mouridismo localmente. Esta disposição fica evidente em ocasiões como a do *Grand Magal de Touba*, festa anual do mouridismo que celebra a construção da mesquita de Touba, no Senegal, como resultado da primeira revelação de Maomé a Amadou Bamba. Para este evento é usual que os senegaleses convidem seus chefes e colegas de trabalho para confraternizarem, comerem juntos e tirem fotos que depois são compartilhadas em redes sociais pela internet com suas famílias, com outras comunidades senegalesas, com *dahiras* e com *serignes* ao redor do mundo, constituindo-se, assim, como um “ritual multissituado” transnacional (Diaz, 2017; Romero, 2016; Romero, 2017; Rossa, 2017).

Na experiência migratória de senegaleses mourides o “trabalho” guarda, assim, um significado de compartilhamento e aproximação com a sociedade receptora, permitindo aos primeiros atuar de modo similar às pessoas locais, e à segunda, representada por pessoas do ambiente de trabalho, conhecer os preceitos religiosos e a filosofia de vida do mouridismo. A venda de mercadorias nas ruas, da maneira como o

---

13 Bava (2003) também sugere que, mediante o aumento da emigração nos últimos quarenta anos, as elites da confraria investiram em um processo de padronização deste ethos econômico-religioso como uma forma de estabelecer parâmetros de comparação e controle sobre a atuação dos mourides ao redor do mundo.

fazem, por outro lado, é concebida como prática que distingue os mourides do restante da sociedade, inclusive de outros grupos de imigrantes<sup>14</sup>, tornando-se, por isso, tema frequente de debates sobre regulamentações do uso do espaço público e alvo de abordagens policiais e de órgãos de fiscalização motivadas por denúncias de lojistas que alegam se tratar de atividade ilegal, dado que os senegaleses não pagariam os devidos impostos sobre os produtos que vendem, nem teriam as licenças adequadas para isso<sup>15</sup>.

## 5 Imigração e trabalho, utilitarismo e antiutilitarismo

O uso do termo *solidariedade* para qualificar iniciativas de apoio a imigrantes e o tipo de relação que se estabelece entre imigrantes do passado e do presente institui o trabalho como sua “forma e razão de troca” (Mauss, 2009), ou seja, o trabalho é visto como propriedade ao mesmo tempo compartilhada e distintiva das coletividades que o reivindicam, mobilizando valores sociais que extrapolam o “mundo do trabalho” formalmente concebido e regulado pelas políticas econômicas globais hegemônicas que afetam os movimentos migratórios. Análises de redes de relações sociais e circuitos de bens e serviços que agenciam a noção de solidariedade como valor motivador de ações sociais – como a filantropia e as ações humanitárias e beneficentes, por exemplo – mostram que esta disposição frequentemente implica na construção de vínculos sociais marcados por ambiguidades nas intenções de seus atores na medida em que coisas ofertadas por solidariedade também pressupõem a reciprocidade em formas equivalentes (Godbout, 1998). As coisas ofertadas, ou préstimos, se apresentam, para os atores que as recebem, como *dádivas*. Ou seja, trata-se de bens recebidos do conjunto da sociedade ou do grupo ao qual se vinculam ou passam a se vincular por ocasião do estabelecimento da troca, criando um compromisso com a retribuição ao coletivo, mas

---

14 Em diálogos informais com haitianos é comum ouvir relatos de que são frequentemente tomados como “conterrâneos” ou “compatriotas” de imigrantes senegaleses vendedores de rua, ao que normalmente respondem com a caracterização da venda como algo próprio dos senegaleses, mas não de haitianos.

15 Ver, por exemplo, caso recente de interpelação violenta de agentes do poder municipal a comerciantes senegaleses no centro de Passo Fundo (região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, a cerca de oitenta quilômetros de Erechim) em Jornalismo Uirapuru (2017).

não necessariamente aos mesmos atores individuais que procederam ao préstimo inicial.

Definir as motivações dos “novos imigrantes” para imigrar com a ideia de “busca por trabalho” fora de políticas oficiais de recrutamento pelo Estado ou por empresas implica em reconhecê-los como agentes ativos das relações de troca com a sociedade receptora. O reconhecimento dos “novos imigrantes” como trabalhadores em situação análoga a dos imigrantes constituintes dos “antigos imaginários” implica, por sua vez, em sua acolhida ou vinculação como retribuição pela acolhida recebida pelos imigrantes europeus do Estado brasileiro no início do século XX. Entretanto, a própria classificação da acolhida a imigrantes como ato de solidariedade tende a reforçar assimetrias em suas relações com a “sociedade receptora” na medida em que sua força de trabalho é considerada excedente ou supérflua em momentos de crise.

O reconhecimento social de imigrantes relaciona-se, assim, com a “necessidade” de sua mão de obra avaliada não somente em termos utilitários – que seria a soma de força de trabalho necessária para cumprimento de metas de produção – mas também do tipo de pessoa que se considera “adaptável” ao contexto local em termos, por exemplo, de identidade étnicorracial e religiosa. Ou seja, as relações de trabalho definem imigrantes como mais ou menos “trabalhadores” ou “necessários” não somente em função de sua produtividade ou da qualidade com que desempenham suas funções laborais, mas também do quanto se assemelham ou se identificam com o “tipo” hegemônico de imigrante trabalhador predominante no imaginário da sociedade receptora<sup>16</sup>. No caso de senegaleses no interior da região sul do Brasil, esse tipo é socialmente construído sobretudo em termos étnicorraciais e religiosos, contrapondo as duas características a partir das quais se os reconhece como “diferentes” da sociedade receptora: serem negros e muçulmanos.

A partir de uma etnografia entre trabalhadores de uma empresa na França, Alter (2010) mostra o quanto os valores da solidariedade, da cooperação e da mobilização

---

16 Em outras palavras, pode-se dizer que o que torna difícil a adaptação de imigrantes senegaleses no sul do Brasil não é o fato de serem estrangeiros ou terem hábitos diferentes, mas sim por portarem um marcador de diferença – a cor da pele – que aciona preconceitos e manifestações explícitas de racismo, agravadas pelo estranhamento e preconceito com suas práticas religiosas.



coletiva jogam papel decisivo na realização de determinadas tarefas ou no cumprimento de metas por determinados setores, sugerindo que, do ponto de vista das relações pessoais e/ou informais entre trabalhadores e executivos, a noção de trabalho circula como algo “dado” e “retribuído”, criando uma “ligação forte, integrando dimensões ao mesmo tempo simbólicas, materiais e afetivas entre *controladores e controlados*” (Alter, 2002, p. 265, tradução e destaque meus), diferentemente dos instrumentos jurídicos de regulação destas relações, tais como contratos e acordos coletivos, que se baseiam em uma noção de trabalho unicamente a partir de seus termos formais. A afirmação de um vínculo entre “controladores e controlados” não implica, entretanto, na anulação de hierarquias e relações de poder em ambientes de trabalho; pelo contrário, admite que o poder também é exercido através da linguagem das relações informais. Nesse sentido, entendo que a solidariedade prestada a imigrantes também estabelece um vínculo extraformal no qual se subentende que é papel do imigrante ajustar-se aos quesitos colocados pela sociedade receptora, por meio dos atores que operam como instância do “campo de atenção às migrações”, como condições para sua aceitabilidade, ainda que oficialmente e publicamente se afirme que isso é um ato de solidariedade e que respeita-se suas peculiaridades culturais.

O foco das políticas migratórias e de atores do campo de atenção às migrações na regulação da imigração reproduz a divisão entre “controladores e controlados” na relação de imigrantes com o mercado de trabalho e com a sociedade receptora em geral. Conflitos gerados por esta dicotomia, bem como de outras formas de interpelação de imigrantes nas instâncias de interlocução do campo de atenção às migrações, trazem à tona uma tensão permanente entre abordagens *utilitaristas* – expressas pela preocupação com a regulação e o controle de imigrantes a partir de interesses comerciais – e a concepção da imigração como um devir da história social dos próprios grupos que compõem as “novas migrações”, neste caso representada pelo papel do comércio ambulante na constituição da identidade mouride e do trabalho como um meio de construção de sua confraria. A partir das formulações de Caillé (2001) entendo o utilitarismo, neste caso, como uma forma de subordinação do significado das categorias migração e trabalho a concepções racionalistas preconizadas por mecanismos

hegemônicos de regulação das relações internacionais e da circulação de pessoas e bens em escala mundial a partir da visão e de interesses econômicos capitalistas.

O utilitarismo aplicado às migrações laborais fica evidente a partir do conflito entre seus propósitos formulados no âmbito das políticas de recrutamento de imigrantes para os países de “primeiro mundo” como estratégia de crescimento econômico e seu agenciamento como uma forma de ascensão socioeconômica familiar de pessoas oriundas do “terceiro mundo”, entre as décadas de 1960 e 1970. Castles e Miller (1998) notam que ao longo deste período, as migrações para países desenvolvidos (os da Europa ocidental mais os Estados Unidos, Canadá e Austrália) deixou de ser induzida por programas de recrutamento como os de *guestworkers* na medida em que transformações na indústria, trazidas sobretudo pelo surgimento de mecanismos de controle da produção por meio da micro-eletrônica, implicaram na redução da demanda por trabalhadores qualificados para trabalhos seriados e no aumento de demanda por trabalhadores sem especialização para postos indesejáveis pelas populações nacionais hegemônicas dos países ricos, ou para postos executivos que exigem formação superior.

Uma vez que este novo perfil de trabalhador não demandava investimentos na formação de quadros – aqueles que buscassem trabalhar em postos de baixa qualificação prescindiam de formação específica, os que buscassem trabalho qualificado já traziam formação e treinamento como credenciais – as migrações laborais tornaram-se um movimento marginal em relação às regulações estatais, especialmente em áreas geográficas fronteiriças entre países considerados desenvolvidos e países “em desenvolvimento” (Heyman, 1998). A partir da década de 1980 os movimentos migratórios passam a operar, assim, segundo uma lógica de mercado por meio da qual imigrantes estabelecem relações discricionárias com empresas e instituições, alijados de benefícios sociais providos pelo Estado e sujeitos a múltiplos usos, manipulações e interpretações das precariedades e vulnerabilidades de imigrantes, redundando em processos de sobre-exploração, deslegitimação e criminalização das migrações (Póvoa Neto, 2005; Agier, 2006). A inserção das migrações nesta agenda “liberalizante” das relações econômicas consolidou, por assim dizer, o sentido utilitarista do “trabalho de

imigrante”, relegando questões de caráter social, cultural e político da vida do imigrante-trabalhador à assistência humanitária oferecida voluntariamente por organizações não-governamentais.

A redução utilitarista implicada na noção de “trabalho de imigrante” não se volta somente à categoria imigrante mas, igualmente, à categoria trabalho, como sugerem Caillé e Alter (2012) em debate a respeito das possibilidades de se pensar o mundo do trabalho da perspectiva da dádiva. Segundo este debate, as próprias definições clássicas de “mundo do trabalho” como meio social no qual se ingressa a partir do assalariamento descreve uma “sujeição” gradual das sociedades contemporâneas à percepção de lucro ou dividendo como propósito atribuído pelas classes hegemônicas no capitalismo às diferentes atividades humanas de produção e transformação material, imputando à dedicação a atividades simbólicas, rituais ou contemplativas “improdutivas” o estatuto de “falta moral” (Caillé, 2014). Pensar o trabalho ou o “mundo do trabalho” a partir da dádiva significa, assim, discutir e compreender “a realidade do próprio capitalismo. Que não pode funcionar (...) sem recorrer a recursos de sentido e motivação que lhe são estranhos, mas que, ao utilizá-los, também os consome, consoma e destrói” (Caillé e Alter, 2012, tradução minha).

Conflitos com órgãos de fiscalização do comércio ambulante ensejados por denúncias de comerciantes e as disputas pelo significado da imigração e do “trabalho de imigrante” no âmbito do “campo de atenção às migrações” operam como instâncias de reprodução e atualização do processo de expansão do utilitarismo sobre estas categorias e noções. A mobilidade de senegaleses mourides depreendida não apenas de seu fluxo migratório recente para o Brasil e outros países em escala transnacional, como também de seus trânsitos nos próprios contextos de inserção movidos pela dinâmica religiosa, frequentemente interpretados localmente, sobretudo por empregadores e prestadores de ajuda e assistência social, como um tipo de inconsistência de suas práticas relativamente à busca por trabalho, apresenta-se como um exemplo de diversificação de significados do trabalho e da imigração e que, difundindo-se tanto através de suas redes de apoio cotidiano quanto em cerimônias e reuniões organizadas com o intuito de

transmitir os princípios e a história do mouridismo, potencialmente representa uma forma de resistência à lógica utilitarista predominante no capitalismo contemporâneo.

## **6 Considerações finais**

Ao longo deste artigo procurei evidenciar o papel da categoria trabalho como termo definidor do sentido das migrações internacionais em escala global e em espaços de interlocução entre imigrantes e a sociedade receptora na escala de cidades do interior da região sul do país. Meu principal argumento é o de que estas instâncias se orientam hegemonicamente por uma noção *utilitarista* de trabalho, ou seja, regulado por sua dimensão econômica e contratual. Porém, um breve olhar para a história social de imigrantes senegaleses mostra outros significados atribuídos ao trabalho conflitantes com as abordagens utilitaristas, tais como seu papel na construção e expansão da *Mouridiyya* por senegaleses mourides ao redor do mundo.

A perspectiva que esbocei a partir do referencial antiutilitarista, somada ao conhecimento sobre a história do trabalho entre imigrantes senegaleses mourides nos permite pensar a relação entre imigração e trabalho e, portanto, sobre a própria imigração a partir de outras dimensões para além da econômica. Isto quer dizer, fundamentalmente, deslocar os questionamentos tradicionais sobre as razões ou motivos que fazem pessoas migrarem para olhares mais preocupados em compreender como as experiências de imigrantes podem jogar luz sobre aspectos pouco refletidos das relações sociais na escala das cidades e/ou localidades em que se inserem. A interlocução entre a sociedade nacional e imigrantes senegaleses na escala das cidades também traz à tona, por exemplo, sentidos não utilitaristas do trabalho para descendentes de imigrantes europeus, motivando discursos e ações baseados no valor da solidariedade. A compreensão das dimensões não-utilitaristas das migrações parece ter, assim, potencial para engendrar relações entre sociedades receptoras e os “novos imigrantes” em termos não apenas jurídicos ou administrativos mas também simbólicos e afetivos, contribuindo para um processo de acolhida de imigrantes mais abrangente e

atento a possíveis aprendizados com a alteridade e de respeito aos direitos humanos dos imigrantes.

## 7 Referências

AGIER, M. (2006). Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social*, 18(2), pp. 197-215.

ALTER, N. (2002) Theorie du don et sociologie du monde du travail. *Revue du MAUSS*, 20, pp. 263-285.

\_\_\_\_\_. (2010). *Donner et prendre: la coopération en entreprise*. Paris: La Découverte.

BABOU, C. A. (2005). Contesting space, shaping places: making room for the Muridiyya in colonial Senegal. *Journal of African History*, 46(3), pp. 405-426.

\_\_\_\_\_. (2007). *Fighting the greater Jihad: Amadu Bamba and the founding of the Muridiyya of Senegal, 1853-1913*. Athens: Ohio University Press.

\_\_\_\_\_. (2009). Généalogie, éducation, et baraka (grâce divine) dans la famille Mbakke: une exploration de quelques sources de l'autorité spirituelle d'Amadu Bamba. *Afrique & Histoire*, 1(1), pp. 199-234.

\_\_\_\_\_. (2013). The Senegalese “social contract” revisited: the Muridiyya muslim order and State politics in post-colonial Senegal. In: DIOUF, M. (ed.). *Tolerance, democracy, and sufis in Senegal*. New York: Columbia University Press, pp. 125-146.

BAVA, S. (2003). De la “baraka aux affaires”: ethos económico-religieux et transnationalité chez les migrants sénégalais mourides. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 19(2), pp. 69-84.

\_\_\_\_\_. (2005). Variations autour de trois sites mourides dans la migration. *Autrepart*, 4(36), pp. 105-122.

BOURDIEU, P. (1983a). O que falar quer dizer. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, pp. 75-88.

\_\_\_\_\_. (1983b). Algumas propriedades dos campos. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, pp. 89-94.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. (2004). *O ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes.

CAILLÉ, Alain. (2001). O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo. *Sociedade e Estado*, 16(1-2), pp. 26-56.

\_\_\_\_\_. (2014) Une petite histoire de l'assujettissement au travail. *Cahiers Jungiens de Psychanalyse*, 140(2), pp. 9-19.

CAILLÉ, A.; ALTER, N. (2012). Peut-on penser le travail par le don? Débat avec la rédaction de la Nouvelle Revue du Travail. *Nouvelle Revue du Travail*, 1. [Disponível em <http://nrt.revues.org/317>, acessado em 13 de dezembro de 2019].

CASTLES, S.; MILLER, M. J. (1998). *The age of migration: international population movements in the modern world*. 2 ed. London: MacMillan Press.

COPANS, J. (1980). *Les marabouts de l'arachide: la confrérie mouride et les paysans du Sénégal*. Paris: L'Harmattan.

DIAS, G. M; SPRANDEL, M. A. (2011). Reflexões sobre políticas para migrações e tráfico de pessoas no Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*. 19(37), pp. 59-77.

DIAZ, O. C. (2017) A *Muridiyya* e a internet: dinâmicas on-line de transnacionalização de uma confraria islâmica senegalesa. *Antropolítica*, 42(1), pp. 114-139.

DIOUF, M. (2000) The Senegalese murid trade diaspora and the making of a vernacular cosmopolitanism. *Public Culture*, 12(3), pp. 679-702.

FELDMAN-BIANCO, B. (2000). Globalização, antigos imaginários e reconfigurações de identidade: percursos de uma pesquisa comparativa. *Caderno CRH*. (13)33, pp. 27-48.

\_\_\_\_\_. (2009). Reinventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. *Horizontes Antropológicos*, 15(31), pp. 19-50.

FRANCO, C. (3 de junho de 2015). Comissão de Direitos Humanos acompanhará situação dos imigrantes no RS. *Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Notícias. [Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/298923/Default.aspx>, acesso em 13 de dezembro de 2019].

GODBOUT, J. (1998). Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38), pp. 39-52.

HEREDIA, V. (Org.). (2015). *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Quatrilho Editorial.

HEYMAN, J. (1998). State effects on labor exploitation: the INS and undocumented immigrants at the Mexico-United States border. *Critique of Anthropology*, 18(2), pp. 157-180.

JARDIM, D. (2013). Os direitos humanos dos imigrantes: reconfigurações normativas dos debates sobre migrações no Brasil contemporâneo. *Densidades*, 14, pp. 67-85.

JORNALISMO UIRAPURU. (22 de fevereiro de 2017). Senegalês e populares são detidos pela polícia após confusão no Centro. *Rádio Uirapuru*. [Disponível em <http://www.rduirapuru.com.br/policia/41721/senegales+e+popular+sao+>, acesso em 31 de julho de 2017].

KANAAN, B. R. (2012). A etnização em produção: reflexões antropológicas sobre trabalhadores-migrantes na região de colonização italiana no nordeste gaúcho. *Métis: História & Cultura*, 11(22), pp. 117-139.

MAUSS, Marcel. (2009). *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Cosac & Naify.

MONSMA, K. (2010). Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. *Dados*, 53(3), pp.509-543.

MULLER, P. (2013). Noções de solidariedade e responsabilidade no campo da cooperação internacional para a proteção dos refugiados. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana (REMHU)*, 21(40), pp. 229-244.

ODY, J. (28 de maio de 2016) URI lidera grupo para inserir imigrantes na comunidade. *Atmosfera Online*. [Disponível em <https://atmosferaonline.com.br/uri-lidera-grupo-para-inserir-imigrantes-na-comunidade/>, acesso em 13 de dezembro de 2019].

PÓVOA NETO, H. (2005). A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Org.) *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, pp. 297-309.

ROMERO, F. L. (2016). O simbolismo de poder de líderes mourides em plataformas virtuais: enraizamentos históricos, dinâmicas identitárias e rituais multissituados. In: REIS, R. B.; RESENDE, T. G.; MOTA, T. (Orgs.). *Estudos sobre África Ocidental: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos*. Curitiba: Prisma, pp. 71-112.

\_\_\_\_\_. (2017). Islã, parentesco e ritual na irmandade religiosa Mouridiyya: percursos da etnografia no contexto da migração de africanos senegaleses no Brasil. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele. *A migração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre: EST Edições, pp. 275-296.

ROSSA, J. (2017). Poética vocal religiosa de imigrantes senegaleses mourides em Caxias do Sul-RS. In: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. *A migração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre: EST Edições, pp. 297-310.

RUHS, M. (2013). *The price of rights: regulating international labor migration*. Princeton: Princeton University Press.

SAKHO, P.; DIAGNE, A.; SAMBOU, P. (2017). Le bassin arachidier, du réceptacle de flux internes au foyer d'émigration interne et internationale. In: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (orgs.). *A migração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre: EST Edições, pp. 21-40.

SANTOS, J. V. T. (1978). *Os Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo, Hucitec.

SAYAD, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP.

SEYFERTH, G. (2013). The diverse understandings of foreign migration to the South of Brazil (1818-1950). *VIBRANT: Virtual Brazilian Anthropology*. 10(2), pp. 120-162.

TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (orgs.). (2017). *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre: EST Edições.

TEDESCO, J. C.; MELLO, P. (2015). *Senegaleses no Centro-Norte do Rio Grande do Sul: imigração laboral e dinâmica social*. Porto Alegre: Letra&Vida.

TORPEY, J. (2000). *The Invention of the passport: surveillance, citizenship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press.

VILLALÓN, L. A. (1995). *Islamic society and State power in Senegal: disciples and citizens in Fatick*. Cambridge: Cambridge University Press.

ZANINI, M. C. (2007). Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. *Mana*, 13(2), pp. 521-547.

ZANINI, M. C.; SANTOS, M. O. (2009). O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). *REMHU: Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, 17(33), pp. 175-196.